

Governo avalia tornar permanente medida que permite corte de jornada e salário

Em conjunto com o Congresso, o governo está avaliando incluir na legislação um mecanismo permanente que permitirá ativar o programa de suspensão de contratos e corte de jornadas e salários em situações de calamidade.

Em videoconferência promovida pelo jornal Valor Econômico nesta quarta-feira (30), o relator da MP que reeditou o programa neste ano, deputado Christino Áureo (PP-RJ), disse que planeja criar uma espécie de gatilho a ser acionado em momentos de necessidade.

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, afirmou que a ideia é importante e muito boa, além de estar alinhada com os planos do ministro

Paulo Guedes (Economia).

“Se tivermos uma possibilidade, caso enfrentemos algo no futuro, de apertarmos um botão e isso já nos proporcionar o acionamento do benefício, melhor. Estamos discutindo tudo”, disse.

O relator ponderou que eventual acionamento da medida no futuro dependeria de disponibilidade orçamentária do governo.

Em abril, o presidente Jair Bolsonaro assinou medidas provisórias para que regras trabalhistas sejam flexibilizadas novamente diante do agravamento da pandemia. Com isso, foi recriado o programa de 2020 que libera os acordos e prevê uma compensação financeira paga pelo governo a trabalhadores que tiveram a renda cortada.

O auxílio transferido pelo

governo é chamado de BEM. O programa pode durar até quatro meses. O governo não descarta a prorrogação da medida, se avaliar ser necessário.

O BEM é calculado com base no valor do seguro-desemprego e no percentual do corte de jornada no trabalhador. O teto do auxílio, portanto, é pago em caso de suspensão de contrato e equivale ao valor do seguro-desemprego, que atualmente pode chegar a R\$ 1.911,84.

Para bancar esse programa, Bolsonaro autorizou uma verba de R\$ 11,7 bilhões. Os recursos são usados para pagar o benefício de compensação de perda de renda. Essas despesas são contabilizadas fora do teto de gastos —regra que impede o crescimento das despesas públicas.

Bernardo Caram/Folhapress



Economia



Suspeita de corrupção na Saúde, Covid, luz mais cara e reforma do IR empurram dólar de volta aos R\$ 5

Página - 03

Pix terá funcionalidade “offline” em breve, diz presidente do BC

Página - 03



Moedas Globais: dólar sobe ante rivais, com emprego nos EUA e euro fraco

Página - 05

Os bilhões em jogo na ofensiva de XP e BTG aos agentes autônomos

Página - 08

Política

TCU aprova contas de Bolsonaro em 2020, mas faz 28 ressalvas

Página - 04

Em meio a denúncia de propina, oposição protocola superpedido de impeachment contra Bolsonaro

Página - 04



No Mundo

'Guerra das linguiças' entre Reino Unido e Europa ganha 3 meses de trégua



Reino Unido e União Europeia chegaram a um acordo para impor uma trégua na chamada "guerra das linguiças", a um dia do prazo final para que fosse proibida a entrada de carnes resfriadas britânicas na Irlanda do Norte.

Após ameaças do primeiro-ministro Boris Johnson, do Reino Unido, de desrespeitar unilateralmente as regras do acordo de retirada firmado no brexit —o que poderia levar a uma batalha comercial—, a União Europeia concordou com uma nova carência de três meses para que a situação seja regularizada.

Mais que uma questão comercial, o problema é político, já que envolve o delicado equilíbrio de paz da Irlanda do Norte, conhecido como acordo da Sexta Fei-

ra Santa. Assinado em 1998, ele interrompeu três décadas de um conflito que matou 3.700 pessoas, entre unionistas (norte-irlandeses na maioria protestantes que querem continuar no Reino Unido) e separatistas (na maioria católicos, que querem se integrar à República da Irlanda).

O ponto de atrito da "guerra das linguiças" é o Protocolo da Irlanda do Norte, compromisso feito em 2019, durante a negociação do brexit, para que não houvesse uma "fronteira dura" —com fiscalização e aduanas— dentro da ilha irlandesa, entre a Irlanda do Norte, que é britânica, e a República da Irlanda, que é parte da União Europeia.

Com a saída do Reino Unido do bloco europeu, seus produtos não podem mais

entrar livremente no mercado comum da UE. Passam a estar sujeitos aos mesmos controles que o bloco impõe a outros exportadores e precisa seguir as mesmas regras. Para evitar esse controle dentro da ilha irlandesa, ele teria que ser feito na fronteira marítima entre a Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte.

Uma das regras da União Europeia se aplica às chamadas carnes resfriadas —as linguiças e também nuggets, hambúrgueres e carne moída, entre outros— que, para entrarem no mercado comum europeu, devem ser antes congeladas. Ou seja, a Irlanda do Norte não poderia mais receber linguiças britânicas apenas resfriadas, porque na prática ficou dentro do mercado comum da UE.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

Slogan do centenário do Partido Comunista Chinês, 'milagre' do fim da pobreza é controverso



Principal bandeira nas comemorações do centenário do Partido Comunista Chinês e obsessão na última década, a erradicação da pobreza na China vem sendo comparada a um "milagre" pelo líder Xi Jinping.

A "vitória completa" anunciada pelo governo chinês teve até entrega de medalhas aos burocratas envolvidos, mas o feito gerou controvérsias e é disputado por especialistas em pobreza e desigualdade, sobretudo nos Estados Unidos, maior rival geopolítico de Pequim.

A propaganda do partido sustenta que 100 milhões de chineses saíram da pobre-

EUA: diminui esperança de encontrar desaparecidos em queda de prédio

Equipes de resgate continuavam vasculhando as ruínas de um condomínio da área de Miami, e a esperança de encontrar mais sobreviventes diminuiu depois de quase uma semana de sondagens e escavações.

Até agora, foram confirmadas 12 mortes no desastre, que pode se tornar a falha estrutural acidental que causou maior número de mortes e desaparecidos na história dos Estados Unidos. Mais 149 outras pessoas ainda estão desaparecidas ou podem estar presas nos escombros.

"Da maneira como vejo, como veterano da Marinha, quando alguém está desaparecido... você está desaparecido até ser encontrado, e não paramos a busca", disse o governador da Flórida, Ron DeSantis, em entrevista co-

letiva nessa terça-feira (29).

"Esses socorristas estão se arrebatando, tentando encontrar qualquer um que consigam."

Mas ninguém foi retirado vivo das pilhas de concreto pulverizado, madeira partida e metal retorcido desde as primeiras horas da tragédia.

Investigadores não concluíram o que causou o desabamento. Quase metade do condomínio Champlain Towers South, de 40 anos, desmoronou nas primeiras horas da quinta-feira passada (24) enquanto os moradores dormiam.

Um relatório de engenharia de 2018 sobre o complexo de 12 andares e 156 unidades, preparado antes de um processo de recertificação de segurança, encontrou deficiências estruturais que agora são o foco dos inquéritos. ABR



za extrema nos últimos oito anos, passando a viver com mais de US\$ 1,90 (R\$ 9,50) ao dia em 832 distritos e 128 mil vilarejos.

O feito teria colocado fim aos derradeiros bolsões de fome e miséria, sobretudo rurais, que marcaram muitos períodos da história da China. Além das dúvidas sobre a sustentação dessa conquista no longo prazo, o marco tem sido considerado tímido diante do rápido progresso econômico chinês.

Pelos critérios do Banco Mundial, a China tem hoje um GNI (Gross National Income, ou renda nacional bruta) per capita de US\$ 10,4 mil, o que a enquadra entre os

países de renda média alta. A partir de 2018, o Banco Mundial criou, além da régua do US\$ 1,90 ao dia para países pobres, as faixas de US\$ 3,20 para os de renda média baixa, e de US\$ 5,50 para aqueles de renda média alta, como a China de hoje.

O país asiático começou a perseguir a meta de US\$ 1,90 ao dia antes da adoção dos novos critérios e, ao comentar o anúncio oficial de Pequim, Martin Raiser, representante do Banco Mundial na China, afirmou ter "certeza de que a erradicação da pobreza absoluta nas áreas rurais foi bem sucedida, dado o volume de recursos mobilizados".

Fernando Canzian/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Suspeita de corrupção na Saúde, Covid, luz mais cara e reforma do IR empurram dólar de volta aos R\$ 5



A CPI da Covid, a crise da Covaxin, a cepa delta do coronavírus, a conta de energia elétrica mais cara e a reforma tributária proposta pelo governo deixaram o mercado agitado e empurraram o dólar de volta para R\$ 5 nesta quarta-feira (5).

Por volta das 14h50, a moeda subiu 1,1%, a R\$ 4,9970. Na máxima, foi a R\$ 5,024, segundo dados da CMA. O Ibovespa recuava 0,54%, a 126.634,10 pontos.

A revelação pela Folha de S.Paulo na noite desta terça-feira (30) que o então diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias -exonerado na terça, após a reportagem- teria pedido a um vendedor propina de US\$ 1 por dose de vacina contra a Covid-19 em troca de um contrato com o Ministério da Saúde conta-

minou ainda mais o cenário. “Obviamente, está todo mundo acompanhando esta nova descoberta. Vamos ver como isso vai se desenrolar, mas causa um pouco de pressão no mercado”, diz Vanei Nagem, responsável pela área de câmbio da Terra Investimentos.

Investidores também aguardam dados sobre o mercado de trabalho americano, que podem influenciar a direção da política monetária do país e, consequentemente, o preço do dólar.

“O mercado brasileiro está sendo impactado pela reforma tributária e pela CPI da Covid, que traz informações bombásticas do governo federal. Apesar da Bolsa não enxergar muito para isso, deixa o ambiente mais pesado”, diz Rodrigo Friedrich, diretor de renda variável da Renova Invest.

O ruído político em torno das denúncias pode contaminar as discussões que estão acontecendo no Congresso, como a reforma do Imposto de Renda, avalia Pietra Guerra, analista da Clear Corretora.

Beyruti, economista da Guide Investimentos, concorda. “Enquanto as incertezas quanto à reforma tributária seguem tirando fôlego dos ativos locais, a nova acusação de corrupção contra o governo na compra do imunizante da AstraZeneca promete manter tensões elevadas em Brasília”, disse Beyruti.

Segundo especialistas, a notícia representa escalada nas investigações da CPI da Covid-19 no Senado. “A CPI ajuda a fragilizar a situação do Executivo”, afirma Dan Kawa, diretor da TAG Investimentos.

Júlia Moura/Folhapress

Pix terá funcionalidade “offline” em breve, diz presidente do BC

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, confirmou hoje (30) que está em desenvolvimento uma funcionalidade offline para que as transações via Pix possam ser feitas mesmo em locais que estejam sem conexão com a internet. A tecnologia será disponibilizada “em breve”, afirmou ele.

Segundo o presidente do BC, há três alternativas em estudo, sendo que a considerada mais segura até o momento é a utilização de um cartão por aproximação que poderá ser carregado pelo usuário. “Vai funcionar como um cartão de ônibus, com uma tecnologia supersegura”, afirmou, durante um seminário sobre moedas digitais promovido pela banca Mattos Filhos Advogados.

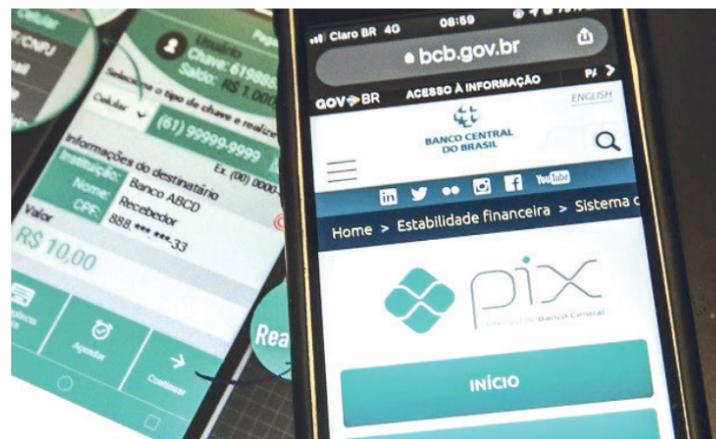
“Você vai poder usar o

cartão no mundo offline e, quando voltar para o mundo online vai poder transferir seu saldo de volta”, explicou Campos Neto. Ele destacou o alcance do Pix e apresentou dados que mostram que a nova forma de transferir dinheiro já é utilizada em 60% das transferências no Brasil.

O Pix é um sistema lançado no ano passado pelo Banco Central que permite pagamentos e transferências instantâneas 24 horas, nos sete dias da semana, entre pessoas físicas e jurídicas, por meio de uma chave simples atribuída a cada conta bancária. Tal chave pode ser um número de telefone, CPF ou CNPJ, por exemplo.

Segundo o presidente da instituição financeira, até o momento foram cadastradas mais de 125 milhões de chaves.

ABR



Dívida pública cai pelo terceiro mês seguido e vai a 84,5% do PIB, diz BC



Em sua terceira queda consecutiva, a dívida bruta do governo foi a 84,5% do PIB em maio percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados pelo BC nesta quarta-feira (30).

De acordo com a autarquia, o resultado se deu principalmente por causa do aumento do PIB nominal (em reais), que contribuiu em 1,5 ponto percentual. A queda do dólar de 3,2% no mês puxou a dívida em 0,2 ponto para baixo.

No total, a dívida bruta somou R\$ 6,69 trilhões em maio. Na comparação anual, houve queda de 4,4 pontos percentuais.

Para Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do BC, o efeito do PIB na dívida é pontual

e deve impactar o endividamento apenas em 2021.

Ele explicou que parte desse movimento é fruto do deflator do PIB calculado para a atividade econômica, que está em torno de 10%, acima do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). “Pode ser que permaneça ao longo de 2021 no acumulado do ano, mas é um efeito pontual, não tende a ser permanente”, afirmou.

“O crescimento do PIB fez com que a dívida se reduzisse, mas não altera a trajetória de crescimento. É preciso alcançar um nível de superavit fiscal para que essa trajetória se estabilize e seja revertida, o que não ocorreu. Isso reduz a relação dívida/PIB, mas isso não altera os objetivos ou desafios da política fiscal”, ponderou Rocha.

A dívida registrou crescimentos expressivos por mês desde o início da pandemia de Covid-19. Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve de gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio emergencial e linhas de crédito para empresas.

Em fevereiro deste ano, o endividamento alcançou 89,3% do PIB, maior percentual da série histórica iniciada em 2006. No mesmo mês de 2020, último antes dos impactos da crise sanitária, a dívida estava em 75,18%.

A partir de março, contudo, o endividamento começou a cair. A projeção da FGV é de que a dívida se reduza em 5 pontos percentuais até dezembro, chegando a 83,8% do PIB.

Larissa Garcia/Folhapress

TCU aprova contas de Bolsonaro em 2020, mas faz 28 ressalvas



O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou nesta quarta-feira (30) por unanimidade as contas de 2020 do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), mas fez 28 ressalvas sobre os dados apresentados.

Dentre os problemas, o TCU enumera duas irregularidades. São elas a execução de despesas da Caixa Econômica Federal sem previsão de dotação no orçamento de investimento e o descumprimento do mínimo constitucional de recursos para a irrigação no Centro-Oeste.

O órgão de controle também enumera três impropriedades, dentre elas inconsistências contábeis nos ministérios da Agricultura, da Ciência e do Desenvolvimento Regional. O TCU ainda diz

que o governo apresentou de forma dispersa informações sobre o Fies.

Entre as outras 23 distorções apontadas pelo TCU, está a impossibilidade do órgão de fazer auditoria apropriada sobre a confiabilidade dos dados da Previdência e do Ministério da Economia.

O problema decorreu de limites no acesso aos dados da Receita Federal. Um acordo para ampliar o acesso do TCU aos números do Fisco já foi firmado, mas a ampliação de acesso às informações só foi iniciada em janeiro de 2021.

Por isso, ficaram limitadas as análises sobre dados de crédito tributário, dívida ativa, arrecadação e riscos fiscais ligados a impostos.

Além disso, o TCU também constatou deficiências nas estimativas de projeções

de despesas com a Previdência de servidores e dos militares das Forças Armadas.

O órgão de controle estima que o regime dos servidores tenha um passivo superavaliado em R\$ 49,2 bilhões. Já a Previdência dos militares teria uma despesa subestimada em R\$ 45,5 bilhões a ser paga ao longo dos anos, além de uma subavaliação de R\$ 7,2 bilhões nas pensões ligadas a militares.

A análise dos ministros ainda traz várias recomendações de ajuste para os próximos exercícios e também faz alertas sobre potenciais irregularidades e descumprimentos de limites (como o indicador de gasto com pessoal em relação à receita, estourado em meio à pandemia pela queda de arrecadação).

Fábio Pupo/Folhapress

Em meio a denúncia de propina, oposição protocola superpedido de impeachment contra Bolsonaro



Em meio à denúncia de cobrança de propina por vacina, a oposição e movimentos sociais protocolaram nesta quarta-feira (30) o superpedido de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido), mas sem apoio político para que o processo prospere na Câmara dos Deputados.

Cerca de 120 pedidos foram reunidos em um só, apontando mais de 20 tipos de acusações.

A denúncia do empresário Luiz Paulo Domingueti Pereira, que afirmou ter recebido pedido de propina de US\$ 1 por dose em troca de fechar contrato com o Ministério da Saúde, foi incluída como um pedido de investigação, mas não ainda como um su-

Anauger Participações S.A.
CNPJ/ME nº 09.020.689/0001-90 – NIRE 35.300.345.789
Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Companhia, nos termos da alínea "c" do § único do Artigo 123 da Lei 6.404/76, e alterações posteriores ("LSA"), a se reunirem em AGE que se realizará no dia 08/07/2021, às 14:00 hs., de modo totalmente digital em razão da pandemia do COVID-19 e, pois, por meio do sistema eletrônico identificado, a qual será integralmente gravada, e permitirá a participação e a votação à distância, mediante atuação remota, nos termos da Instrução Normativa número 81/2020 do Departamento Nacional de Registro empresarial e Integração ("IN DREI nº 81/2020"), para tratarem da seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre as despesas de assistência médica incorridas pela Companhia durante o exercício de 2020, sendo certo que se se tratar de adiantamento a acionistas, deverá ser deliberado se a sua liquidação se dará mediante compensação de dividendos, com consequente alteração dos registros contábeis no ano de 2020; caso não haja consenso sobre essa matéria deliberar sobre consulta a ser formulada à Receita Federal do Brasil ("RFB") para esclarecimento das eventuais dúvidas; (ii) deliberar sobre a regularização dos imóveis da Companhia no que se refere à liberação de eventuais ônus incidentes sobre eles; (iii) se verificados ônus, autorizar os Diretores a adotarem as medidas necessárias para sua regularização junto a Cartórios de Registro de Imóveis e demais órgãos competentes; (iv) deliberar sobre a realização de avaliação do valor de mercado dos imóveis da Companhia, inclusive para sua locação; (v) deliberar sobre a contratação de profissional contábil para a Companhia; (vi) deliberar acerca das propostas para alienação e/ou liquidação da totalidade das ações de titularidade dos acionistas A. Pastori Participações S.A., Aurelio Antônio Pastori, Rafael Cristiano Bonet Pastori, Débora Cristina B. Pastori e Jefferson Domingos Pastori, de emissão da Companhia. **Instruções Gerais:** 1. Nos termos do Artigo 126 da LSA e da IN DREI nº 81/2020, para participar da Assembleia o acionista deverá apresentar a Companhia documento de identificação e/ou o documento societário respectivo. Com relação a participação de acionista por meio de procurador, a outorga de poderes de representação na Assembleia deverá cumprir os requisitos do artigo 126 da LSA. 2. Nos termos da IN DREI nº 81/2020 as Assembleias serão realizadas de modo totalmente digital, por meio do sistema eletrônico Zoom. 3. **Credenciamento para participação remota:** os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar o link e demais dados de acesso ao sistema eletrônico, obrigatoriamente, até 15 minutos antes da abertura dos trabalhos da Assembleia, mediante envio de e-mail ao endereço eletrônico que necessariamente será fornecido pelo Presidente da Companhia (que também será o Presidente da mesa nos termos do Estatuto Social da Companhia), até 48 horas antes do horário previsto para a realização da Assembleia, e para o qual também serão encaminhados os documentos de identificação e representação, conforme mencionado no item 1 acima. O e-mail enviado com a solicitação e os respectivos documentos será considerado e-mail de credenciamento, sendo permitido somente um credenciamento por acionista. Os acionistas que não enviarem e-mail com a solicitação do link de acesso e anexado os documentos de participação necessários no prazo máximo aqui estipulado para tanto, não estarão aptos a participar da Assembleia. Os acionistas que se credenciarem e participarem via Zoom, serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da respectiva ata e da folha correspondente do Livro de Presença, os quais poderão ser firmados pelo Presidente e Secretário da mesa. 4. **Acesso via sistema eletrônico:** Após o envio do e-mail pelo acionista com o seu documento assinado e/ou de seu procurador, será enviado um convite individual com o link de acesso e instruções sobre o registro no sistema eletrônico. Os convites individuais para acesso virtual serão enviados aos endereços de e-mail que tiverem sido validados no credenciamento, sendo remetido apenas um convite individual para cada acionista credenciado. 5. **Participação e voto a distância:** Qualquer acionista credenciado para participar via sistema eletrônico, poderá se manifestar de forma remota durante a Assembleia, bem como proferir os seus respectivos votos de forma remota. As manifestações de votos e/ou outras manifestações, por escrito, dos acionistas, se for o caso, serão entregues pelos acionistas na respectiva ordem, durante a realização da Assembleia. Cada manifestação escrita poderá ser enviada durante a Assembleia para o e-mail que será fornecido pelo Presidente da Companhia, conforme esclarecido no item 3 acima, ou ainda, ser anexada no sistema eletrônico, sendo que cada manifestação feita por qualquer das formas acima descritas será considerada como recebida pela mesa. O sistema eletrônico, nos termos da IN DREI nº 81/2020, assegurará os requisitos lá determinados. Os acionistas, desde já, autorizam que a Companhia utilize quaisquer informações constantes da gravação da Assembleia, para registro da possibilidade de manifestação e visualização do registro de presença e dos votos proferidos pelos acionistas, em qualquer esfera administrativa e/ou judicial. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de mensagem eletrônica para o endereço eletrônico que será fornecido pelo Presidente da Companhia conforme item 3 supra. Itupeva, 29/06/2021. **Gerônimo Pastore – Acionista.** (30/06, 01 e 02/07/2021)

Ibovespa recua com ações de consumo entre maiores perdas

O Ibovespa recuava nesta quarta-feira, com papéis de consumo entre as maiores quedas, em meio a dados ainda elevados sobre o desemprego no país, enquanto Petrobras figurava entre os destaques positivos na esteira da alta do petróleo no exterior. Às 11:49, o Ibovespa caía 0,61%, a 126.555,43 pontos. O volume financeiro somava 8,2 bilhões de reais.

Tal desempenho quase zerava a alta em junho, de 0,27% até o momento, distanciando o Ibovespa das

máximas registradas no começo do mês, quando renovou recordes a 130.776,27 pontos para o fechamento e 131.190,30 pontos no intradía.

No acumulado do ano, o Ibovespa ainda mostra elevação de 6,33%.

Mais cedo, o IBGE divulgou que desemprego e número de desempregados no Brasil permaneceram em taxas recordes nos três meses até abril. Apesar de esperado, tal cenário é desfavorável para uma aceleração no consumo no país.

IstoéDinheiro

posto crime do presidente.

Na terça-feira (29), a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), indicou que o superpedido poderá futuramente ser ampliado para incluir a denúncia envolvendo a negociação de propina revelada pelo jornal Folha de S.Paulo. "Podemos adendar a peça", disse.

O superpedido de impeachment é resultado de uma articulação de partidos de oposição a Bolsonaro e ex-aliados do presidente. Esse grupo reúne cerca de 140 deputados. Para eventual impeachment passar pela Câmara, são necessários 342 votos dos 513 deputados.

Assinam o superpedido centrais sindicais, movimentos sociais, deputados da oposição e de centro-direi-

ta, associação de juristas e personalidades, entre outros.

No texto, os autores da ação lembram que, até esta quarta, já foram protocolados 122 denúncias de prática de crimes de responsabilidade junto à Câmara dos Deputados - seis delas foram arquivadas.

Apesar do ciclo de desgaste político do presidente e da baixa tração nas pesquisas eleitorais de 2022, o centrão permanece disposto a barrar a iniciativa de opositores ao governo. A fissura nessa aliança traz mais riscos para Bolsonaro no projeto de ser reeleito.

O centrão é um consórcio de partidos que se juntou a Bolsonaro quando o Palácio do Planalto passou a liberar cargos de indicação política e pagamento de verbas das emendas ao Orçamento. Folhapress

Moedas Globais: dólar sobe ante rivais, com emprego nos EUA e euro fraco



O dólar avançou ante moedas rivais nesta quarta-feira, impulsionado pela criação de 692 mil vagas de trabalho no setor privado dos Estados Unidos em junho, segundo estimou pesquisa da ADP. O relatório veio dois dias antes do dado oficial de criação de empregos no mês, e reforçou expectativas por um desempenho robusto do mercado de trabalho americano. Já o euro se enfraqueceu diante da disseminação da variante delta do coronavírus na Europa.

O índice DXY, que mede a variação da divisa americana ante seis pares, fechou em alta de 0,42%, aos 92,436 pontos. No fim da tarde em Nova York, o euro recuava a US\$ 1,1863, a libra tinha leve queda a US\$ 1,3834 e o dólar avançava a 111,05 ienes.

“O dólar operou próximo de picos recentes em clima de otimismo cauteloso, diante da perspectiva de que os dados de emprego da próxima sexta-feira, 2, podem apontar para um mercado de trabalho fortalecido” nos EUA, explicou o analista sênior do Western Union Joe Manimbo, se referindo ao payroll de junho.

Apesar do forte resultado registrado pela ADP, a Capital Economics alerta que é necessária “cautela” ao olhar o dado, já que a instituição recentemente superestimou a criação de empregos nos EUA em relação aos dados oficiais. A consultoria espera geração de 500 mil vagas em junho, número que corroboraria a visão de alguns dirigentes do Federal Reserve (Fed), o banco central americano de que a retomada plena do mercado de trabalho americano ainda não foi atingida.

IstoÉDinheiro

Severo Villares Projetos e Construções S/A — CNPJ/MF nº 61.432.472/0001-08

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em Reais – R\$)			
Ativo	2020	2019	
Circulante	38.817.246	29.689.506	
Caixa e equivalente de caixa	24.823.507	9.803.723	
Clientes	75.355	75.355	
Estoques	8.255.145	8.255.145	
Impostos a recuperar	559.141	559.915	
Outros Créditos	5.104.099	10.995.368	
Não Circulante	2.867.518	2.868.461	
Depósitos judiciais	2.835.546	2.587.208	
Imobilizado	1.233.800	1.222.822	
(-) Depreciação acumulada	(1.202.776)	(962.516)	
Intangível	20.948	20.948	
Total do Ativo	41.704.764	32.557.967	

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
	2020	2019	
Circulante	781.810	739.328	
Fornecedores	681.002	689.958	
Salários, encargos e provisões	14.875	24.915	
Obrigações Fiscais	7.342	2.039	
IRPJ e CSLL a recolher	71.310	22.417	
Outras contas a pagar	7.281	—	
Não Circulante	5.693.064	5.693.054	
Financiamentos e empréstimos	5.601.360	5.601.360	
Outros débitos	91.705	91.695	
Patrimônio Líquido	35.229.890	26.125.585	
Capital social	33.457.942	28.340.000	
Reserva de capital	1.580	1.580	
Lucros/Prejuízos acumulados	(2.215.996)	(2.868.943)	
Resultado do exercício	3.986.364	652.947	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	41.704.764	32.557.967	

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Ffindos em 31 de dezembro			
	2020	2019	
Vendas e Serviços	—	207.000	
(-) Impostos	—	(27.403)	
= Lucro Operacional Bruto	—	179.597	
Despesas Operacionais	(1.076.219)	(2.983.578)	
Gerais e administrativas	5.797.877	3.503.222	
Outras receitas (despesas) operacionais	4.721.658	519.644	
= Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	4.721.658	699.241	
Despesas financeiras	(8.687)	(11.326)	
Receitas financeiras	486.981	137.476	
478.294	126.149		
= Lucro (Prejuízo) Operacional antes do IRPJ e CSLL	5.199.953	825.390	
(-) Provisão p/ IRPJ e CSLL	(1.213.589)	(172.443)	
= Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	3.986.364	652.947	

Demonstração de Fluxo de Caixa – Fluxo das Operações dos Exercícios Ffindos em 31 de dezembro			
	2020	2019	
Atividades operacionais	3.986.364	652.947	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.986.364	652.947	
(+) Depreciação	240.260	2.781	
(-) Lucro que afeta o caixa	4.226.624	655.728	
Variáveis no circulante	—	—	
Redução (Aumento) de clientes	—	- 2.608.793	
Redução (Aumento) de créditos tributários	775	28.302	
Redução (Aumento) de outros créditos	5.891.269	4.306.402	
Redução (Aumento) do realizável a longo prazo	(248.338)	365.551	
Aumento (redução) de fornecedores	(8.955)	(10.738)	
Aumento (redução) de salários encargos e provisões	(10.040)	(135.612)	
Aumento (redução) de IRPJ e CSLL	48.893	15.499	
Aumento (redução) de obrigações fiscais	5.303	(8.503)	
Aumento (redução) de outras contas a pagar de curto prazo	7.281	—	
Aumento (redução) de outras contas a pagar de longo prazo	10	—	
(-) Caixa gerado (aplicado) no negócio	5.686.197	7.169.696	
Atividades de investimentos	—	—	
Venda de investimento	—	539.346	
Aquisição de ativos imobilizados	(10.979)	—	
(-) Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(10.979)	539.346	
Atividades de financiamentos	—	—	
Integralização de Capital Social	5.117.942	—	
Empréstimos e Financiamentos	—	390.338	
(-) Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	5.117.942	390.338	
(-) Resultado final de caixa	15.019.784	8.755.107	
Disponibilidades no início do período	9.803.723	1.048.616	
Disponibilidades no final do período	24.823.507	9.803.723	
15.019.784	8.755.107		

Notas Explicativas da Administração das Demonstrações Contábeis

1. Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanada da lei das S.A., 6.404/76 e as alterações introduzidas pela lei 11.638/07 e MP nº 449/08 bem como os pronunciamentos do Comitê Contábil (CPC) quando aplicáveis. 2. Sumário das principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância as práticas contábeis adotadas no Brasil. 2.1. Os ativos são demonstrados pelo valor de custo. 2.2. Ativos Imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição subtraído das depreciações acumuladas. 3. O Capital Social é de R\$ 33.457.942,00 representadas por 33.457.942 ações totalmente integralizadas.

Rodrigo Malvezzi da Silva – Diretor | Vagner Xavier dos Santos – Contador CRC nº 1SP 216.992/O-1

VR Holdings S.A.

CNPJ/MF nº 11.867.297/0001-03

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
Ativo	2020	2019	
Circulante	58.783	84.939	87.335
Caixa e equivalente de caixa	36.133	59.614	37.056
Títulos e valores mobiliários	5.784	4.331	4.331
Clientes	—	—	473
Contas a receber de partes relacionadas	—	935	—
Contas a receber – venda de participação	14.210	18.000	14.210
Impostos a recuperar	2.414	1.939	4.498
Outros créditos	242	120	418
Não Circulante	236.778	231.385	235.117
Contas a receber partes relacionadas	38.089	38.901	46.992
Contas a receber – venda de participação	45.570	67.154	45.570
Depósitos judiciais	—	—	904
Impostos a recuperar	—	—	825
Títulos e valores mobiliários	41.432	26.839	41.432
Investimentos	111.500	98.359	99.690
Imobilizado	164	100	485
Intangível	23	32	44
Total do Ativo	295.561	316.324	297.556

Passivo e Patrimônio Líquido Circulante			
	2020	2019	
Circulante	159.125	4.078	160.482
Fornecedores	811	856	847
Empréstimos e financiamentos	157.034	595	157.034
Obrigações fiscais	141	125	257
Obrigações trabalhistas	1.139	1.501	2.344
Contas a pagar partes relacionadas	—	1.001	1.011
Outras obrigações	—	—	24
Não Circulante	10.951	133.730	115.888
Empréstimos e financiamentos	—	120.921	120.921
Contas a pagar partes relacionadas	312	312	46
Dividendos a pagar	10.492	10.492	10.492
Provisão perda em investimentos	—	1.962	—
Provisão para contingências	147	43	1.050
Patrimônio Líquido	125.485	178.516	125.485
Capital social	397.563	382.763	397.563
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.940	17.740	2.940
Prejuízos acumulados	(275.018)	(221.987)	(275.018)
Participação dos acionistas não controladores	—	—	1
Total do patrimônio líquido consolidado	125.485	178.516	125.485
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	295.561	316.324	297.556

Demonstrações dos Resultados Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
	2020	2019	
Receita operacional líquida	(20.796)	(15.675)	(25.524)
Despesas gerais e administrativas	(886)	(700)	(936)
Despesas tributárias	—	—	(725)
Resultado de equivalência patrimonial	10.625	3.495	9.734
Outras despesas operacionais	(4.992)	(44.081)	(4.166)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(16.049)	(56.961)	(16.028)
Resultado financeiro	(36.982)	1.962	(36.924)
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(53.031)	(54.999)	(52.952)
IRPJ e contribuição social	—	—	(169)
Prejuízo líquido do exercício	(53.031)	(54.999)	(53.031)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Metodo Indireto) Exercícios Ffindos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
	2020	2019	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(53.031)	(54.999)	(53.031)
Prejuízo líquido do exercício	(53.031)	(54.999)	(53.031)
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:	(10.625)	(3.495)	(9.734)
Resultado de equivalência patrimonial	10.625	3.495	9.734
Depreciações e amortizações	52	58	143
Baixa de ativo imobilizado e intangível	—	—	61
Provisões (reversões) para contingências	104	43	(772)
Resultado na venda de investimento	—	39,225	39,225
Baixa de ágio sobre investimento	—	3,091	—
Atualização de títulos e valores mobiliários	(774)	(7,228)	(774)
Variação cambial e juros sobre empréstimos e financiamentos	39,374	7,789	39,374
Variáveis nos ativos e passivos operacionais:	—	—	(29)
Diminuição (aumento) em clientes	—	—	(897)
Diminuição (aumento) em depósitos judiciais	(475)	(832)	(29)
Diminuição (aumento) em outros créditos	(122)	66	(44)
Aumento (diminuição) em fornecedores	(45)	321	(21)
Aumento (diminuição) em outras obrigações trabalhistas	(362)	109	(72)
Aumento (diminuição) em outras obrigações fiscais	16	(133)	18
Aumento (diminuição) em outras obrigações	—	—	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(25.888)	(15.985)	(25.546)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(15.272)	(21.926)	(15.272)
Resgates (aplicações) de títulos e valores mobiliários	(4.480)	(2.960)	(4.541)
Aumento de investimentos	—	390	—
Caixa recebido na incorporação de controladas	—	—	—
Recebimento na venda de investimentos	25,374	24,846	25,374
Aquisição de imobilizado de uso	(107)	(14)	(152)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	5,515	336	(54)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	—	—	—
Aumento de capital	—	—	72,575
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	—	2,940
Contas a receber de partes relacionadas	1,747	2,165	1,799
Contas a pagar a partes relacionadas	(1,001)	545	(1,051)
Captações (pagamentos) de empréstimos e financiamentos	(3,856)	(2,970)	(3,856)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(3,110)	75,255	(3,108)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(23.483)	59.606	(23.245)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	59.614	8	60.187
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	36.131	59.614	36.942
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(23.483)	59.606	(23.245)

Outras receitas (despesas) operacionais			
	2020	2019	
Reversão (provisão) para contingências	(104)	(43)	(721)
Resultado na venda de investimento	(4.870)	(39.830)	(4.870)
Baixa de ágio sobre investimento	—	—	(3.091)
Outras receitas (despesas)	(14)	(117)	(17)
(4.992)	(44.081)	(4.166)	(42.952)

Resultado financeiro			
	2020	2019	
Variação cambial	(35.146)	(5.508)	(35.146)
Juros pagos ou incorridos	(4.228)	(2.281)	(5.508)
Rendimento de aplicações financeiras	1.354	2.406	1.365
Atualização de títulos e valores mobiliários	774	7.228	774
Outras	264	117	312
(36.982)	1.962	(36.924)	2.030

A Diretoria | Ademair Ripke Júnior – Contador TC CRC 1SP 217.934/O-2

Concessionária Move São Paulo S.A.

CNPJ/MF nº 19.368.924/0001-73

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório de Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019. A íntegra das Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, encontra-se arquivada na sede da Companhia. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Balancos Patrimoniais		Balancos Patrimoniais		Demonstrações de Resultado	
2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo Circulante	28.980	1.340	Passivo Circulante	9.232	1.133.554
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	28.640	406	Fornecedores (Nota 12)	49	9.674
Outros créditos	92	-	Emprestimos e Financiamentos (Nota 13)	-	1.093.739
Impostos a recuperar	93	30	Obrigações com Pessoal	832	1.012
Adiantamentos a Terceiros	72	64	Impostos e Contribuições a recolher	240	160
Despesas antecipadas (Nota 6)	83	840	Impostos Diferidos sobre Receita Bruta (Nota 14)	8.111	9.068
Não Circulante	8.057	1.863.889	Provisão para Contingências (Nota 15)	-	19.901
Créditos cessão (Nota 1.1.d)	8.000	-	Não Circulante	1.378	481.101
Impostos a recuperar (Nota 7)	1	14.532	Exigível a longo prazo	-	-
Recursos vinculados a Desapropriações (Nota 9)	-	480.288	Outras obrigações – Desapropriações (Nota 9)	-	480.275
IRPJ e Contribuição Social Diferido (Nota 8)	-	10.694	Outras obrigações	1.378	826
Outros créditos	-	118	Patrimônio Líquido (Nota 16)	26.426	250.574
Ativo Financeiro – Cessão de Serviços Públicos (Nota 5)	-	1.207.880	Capital social	214.963	214.563
Imobilizado (Nota 10)	56	93	Reserva Legal	-	11.456
Intangível (Nota 11)	-	150.284	(Prejuízos) Lucros Acumulados	(188.537)	24.555
Total do Ativo	37.036	1.865.229	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	37.036	1.865.229

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

1. Informações gerais – 1.1. Contexto operacional: A Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move São Paulo" ou "Companhia" ou "Concessionária"), é uma sociedade anônima de Propósito Específico (SPE), de capital fechado, fundada em 25/11/2013 e possui sede localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social, específica e exclusivamente, a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 – Laranja, de metrô da Companhia de São Paulo, contemplando a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção, exploração e expansão da linha 6 – Laranja ("Empreendimento"), sendo permitido à Companhia realizar projetos associados e auferir receitas acessórias, nos termos e condições do "Contrato de Concessão" firmado entre o Estado de São Paulo ("Poder Concedente") e a Concessionária. Tem seu controle em forma compartilhada pelas empresas OM Linha 6 Participações S.A., Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. e UTC Participações S.A., incluindo a participação do Linho 6 – Fundo de Investimento em Participações "FIP". A Companhia possui junta ao Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da sua Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, o Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013 ("Contrato"), no âmbito da Concorrência Internacional nº 004/2013, processo STM nº 000770/2012 – PPP da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo, realizado em sessão pública de recebimento e abertura das propostas em 31/10/2013.

relacionados ao Contrato de Concessão. Demonstramos a seguir, os efeitos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia decorrentes da cessão do Contrato de Concessão em 05/10/2020:

	Saldo em 05/10/2020	Ajustes (Baixas)
Ativo	8.000	8.000
11301020002	-	8.000
12104010001	(17)	-
12104010002	(102)	-
12201020001	(677.490)	-
12201020002	(481.743)	-
12201030001	(759.276)	-
12201030002	(109.135)	-
12202010001	(275.154)	-
12202010002	(419.562)	-
12103010001	(4.456)	-
12103010002	(966.246)	-
12103020001	(198.138)	-
12103020002	(703.154)	-
12103020003	(3.071)	-
12103020004	(282)	-
12103020005	(35)	-
12103030002	(35)	-
12103030003	(48)	-
12103030004	(51)	-
12103030005	(102)	-
12103030006	(50)	-
12103030007	(61)	-
12103030011	(6)	-
12103030012	(129)	-
12103030013	(132)	-
12103030014	(93)	-
12103030016	(5.153)	-
1340020004	(215)	-
13404010005	(138.515)	-
13404010012	(70.497)	-
13406010002	200	-
Total dos ativos	(2.002.164)	-

Passivo

22501010001	101	118.404
21601010664	-	1.667
21601020001	-	29.168
21601030001	-	19.901
22601010001	-	35
21201020002	-	104.678
21201030001	-	217.245
21201040001	-	102.282
21201040002	-	95.228
21201040003	-	64.455
21201040004	-	40.676
21501010002	-	109.697
21501010004	-	150.258
21501010005	-	96.994
21501010006	-	145.492
21501010007	-	1.753
21501010008	-	12.676
22501010001	-	351.907
22501010002	-	198.338
22501010003	-	(695.856)
22501010004	-	5.921
22502010001	-	2.626
22504020001	-	-
22701010001	-	20
Total dos passivos	1.773.552	-
Resultado	197.682	197.682
47101020001	30.931	30.931
Total do resultado	(228.613)	-

REID – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura: A Companhia teve reconhecido seu enquadramento e habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REID, conforme Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 293 de 05/11/2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REID estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. O benefício fiscal do REID, enquadrado e habilitado em novembro de 2014, expirou em novembro de 2019. **ICMS – Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos para Implantação da Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo:** A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de ICMS relativo à Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, conforme comunicado DEAT – Série Regime Especial nº 92/2015, publicado no Diário Oficial do Estado em 12/03/2015. As pessoas jurídicas beneficiárias do Convênio ICMS nº 94/2012 estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação na Linha 6 Laranja do Metrô de São Paulo, sem a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. A Administração da Companhia autorizou, em 24/05/2021, a conclusão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2020. **1.2. Acordos com autoridades, governança e compliance:** Em dezembro de 2016, a Novonor firmou um acordo de leniência ("Acordo") com o Ministério Público Federal ("MPF") e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício de suas empresas, com exceção da Braskem S.A., que firmou acordo próprio. Dessa forma, em 2017, com parte do Acordo, iniciou-se um processo de monitoramento externo, para verificação da eficácia dos programas de conformidade e ambiente de controle, tendo sua conclusão e certificação ocorrida em novembro de 2020. Em julho de 2018, a Novonor também celebrou um acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria Geral da União ("CGU") e com a Advocacia-Geral da União ("AGU"), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Bra-

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto	
Capital Subscrito	Capital a Integrar	Re-serva	Re-prejuízos
Em 01/01/2019	520.000	(308.237)	-
Integralização de capital	2.800	-	-
Constituição de reserva	-	11.456	(11.456)
Transferência para reserva	-	-	-
Lucros a destinar	-	-	24.555
Lucro líquido do exercício	-	-	229.115
Em 31/12/2019	520.000	(305.437)	11.456
Integralização de capital	400	-	-
Utilização de reserva para absorção de prejuízos	-	(11.456)	(24.555)
Prejuízo do período	-	-	(224.548)
Em 31/12/2020	520.000	(305.037)	-

zados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, em atendimento à interpretação técnica IPCP 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCP 05 – Contratos de Concessão. O saldo foi baixado contabilmente em virtude da cessão do Contrato de Concessão em 05/10/2020, conforme Nota Explicativa nº 1.d. **6. Despesas antecipadas** – O saldo de R\$ 83 em 31/12/2020 (R\$ 83 em 31/12/2019), refere-se a prêmios de apólices de seguros contratados no âmbito das obrigações residuais do Contrato de Concessão e demais seguros para cobrir riscos da operação. As apólices dos seguros, que compõem saldo em R\$ 214.963 em 31/12/2020 e 214.563 em 31/12/2019, representado por ações sem valor nominal, como segue:

	2020	2019
Bases Ativas	94	14.562
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas a ser recuperado depois de mais de 12 meses	-	67.638
Ativo diferido	-	67.638
Bases Passivas	-	-
Passivo diferido – diferenças temporárias	-	(56.944)
Base ativa líquida	-	10.694

7. Impostos a recuperar – IRPJ sobre aplicações financeiras

8. Imposto de renda e contribuição social diferido – Em 31/12/2019, a Companhia possuía créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. Considerando a cessão do Contrato de Concessão, que se materializou em 05/10/2020, e a consequente transferência das obrigações e direitos contratuais à Concessionária Linha Universidade S/A, não há previsão da realização dos impostos diferidos, motivo pelo qual o saldo foi baixado contabilmente em 2020.

9. Recursos vinculados a desapropriações/outras obrigações (desapropriações)

Conta corrente vinculada a desapropriações

Aplicação financeira vinculada a desapropriações

Imposto de renda retido na fonte das aplicações vinculadas

Depósito judicial conta desapropriações

Em 31/12/2019, o saldo de R\$ 480.288 registrado no ativo não circulante a título de recursos vinculados a desapropriações em contrapartida de outras obrigações – desapropriações no passivo não circulante, refere-se ao valor a receber do Poder Concedente e a pagar junto aos proprietários dos imóveis decorrentes da responsabilidade da Companhia de conduzir os processos de desapropriação dos imóveis, mediante processo judicial. Considerando a cessão do Contrato de Concessão pela Companhia, que se materializou em 05/10/2020, todos os recursos vinculados às desapropriações, assim como todas as relacionadas obrigações foram transferidas à Concessionária Linha Universidade S/A e baixados contabilmente. **10. Imobilizado** – O imobilizado corresponde aos itens adquiridos para estrutura administrativa inicial do empreendimento e é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e demonstrado deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens ou o prazo de concessão, o que ocorrer primeiro. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado. Os saldos e movimentos são os apresentados a seguir:

	2020	2019
OM Linha 6 Participações S.A.	19.671	101.972
Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios	39.779	206.897
UTC Participações S.A.	20.426	106.207
Odebrecht Participações e Investimentos S.A	20.186	104.925
100,00%	520.000	520.000

Em função da paralisação das obras e da consequente não realização de novos investimentos, os valores aportados se limitaram aos montantes necessários às demandas de fluxo de caixa da Companhia para atendimento de suas demais obrigações. Os acionistas da Companhia são solidariamente responsáveis pela integralização do capital social até o limite do valor da parcela faltante para integralização do capital total subscrito. Em 31/12/2019, os acionistas OM Linha 6 Participações S.A., Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A., UTC Participações S.A. e Odebrecht Participações e Investimentos S.A. detinham 34,0%, 45,6%, 8,7% e 11,7%, respectivamente, do capital integralizado. A descontinuação dos percentuais do capital subscrito e capital integralizado deve-se à UTC Participações S.A., que não vinha integralizando suas parcelas do capital social subscrito, tendo sido estas parcelas não integralizadas pela UTC compensadas pelos demais acionistas, que integralizaram de forma antecipada parte de suas respectivas parcelas faltantes subscritas. Em 17/07/2017, o acionista UTC Participações S.A. emitiu um Comunicado de Fato Relevante informado ao mercado sobre seu pedido de recuperação judicial na 2ª vara de Falências e Recuperações Judiciais – Fórum Central Civil de São Paulo com o objetivo de repactuar as dívidas do Grupo. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelo plano de recuperação e restauração emitido pelo acionista a ser aprovado pelo Poder Judiciário. Os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de ações e/ou outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, proporcionalmente ao número de ações detidas. Cada ação do resultado do direito a um voto nas assembleias de acionistas. **6. Destinação ordinária:** Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria. **6. Acordo de acionistas:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem em Tribunal Arbitral a ser constituído na Câmara de Comércio Internacional ("Câmara"). **17. Receita líquida de construção de concessão** – Considerando a Cessão do Contrato de Concessão pela Companhia, que se materializou em 05/10/2020, a receita líquida de construção de concessão deixou de ser aplicável à Companhia.

11. Intangível – Em 31/12/2019, o saldo de R\$ 150.284 estava composto, substancialmente, por valores de direitos de concessão e despesas capitalizadas decorrentes da manutenção dos cantos de obras, os quais foram transferidos à Concessionária Linha Universidade S/A em função da cessão do Contrato de Concessão ocorrido em 05/10/2020. **12. Fornecedores** – O saldo a pagar a fornecedores de R\$ 49 e R\$ 9.674 em 31/12/2020 e 2019, respectivamente, representava substancialmente a valores a pagar por compras de materiais e serviços, contemplando seguros adquiridos para garantir o andamento de implantação e gerenciamento da obra da Linha 6 Laranja do Metrô do Município de São Paulo. Considerando a cessão do Contrato de Concessão ocorrida em 05/10/2020, esses valores foram transferidos para a Concessionária Linha Universidade S/A. **13. Emprestimos e financiamentos** – Considerando a Cessão do Contrato de Concessão pela Companhia, que se materializou em 05/10/2020, todos os empréstimos e financiamentos foram assumidos pela Linha Universidade Participações S/A. A Companhia informa que houve apenas 1 transação no exercício, que foi a baixa dos empréstimos e financiamentos em 05/10/2020 conforme indicado no item 1.d (i).

14. Impostos diferidos sobre receita bruta – Os impostos diferidos sobre a Receita Bruta são contabilizados de acordo com os aportes de recursos do Poder Concedente realizados em cumprimento ao Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, e Lei nº 11079/2004, cujo encargo sobre a receita é reconhecido de forma diferida, para recolhimento via depreciação ou extinção da concessão, conforme Lei nº 12.995/2014, e para recolhimento pelo prazo de obra de implantação da infraestrutura da concessão, relativo ao aporte de recursos reconhecido em 2015, conforme Lei nº 13.043/2014. Com advento da Lei 13.161/2015, mediante possibilidade de opção de forma de contribuição previdenciária, a Companhia optou, a partir de janeiro de 2016, por fazer a contribuição previdenciária pela apuração de INSS sobre o valor da Folha de Pagamento, não mais apurando novos valores sobre a Receita Bruta, restando saldos apurados nos anos anteriores, recolhidos de forma diferida de acordo com a legislação. Em abril de 2019 a Companhia impetrou mandado de segurança contra União Federal – Fazenda Nacional, através do processo nº 5006065-35.2019.4.03.6100 na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo argumentando quanto a não incidência devido ao CNAE da Companhia, como também pela mesma encontrar-se em fase pré-operacional (artigo 12 da IN RFB nº 1.436, de 2013) tendo em vista que a fase de implantação se trata apenas do meio, para que a Companhia consiga praticar a atividade fim: transporte metropolitano. Embora a 1ª instância tenha inferido a liminar, a Companhia, através de escritório de advocacia, que atua como assessor legal no processo, entrou com recurso de apelação, em novembro de 2019, no Tribunal Federal da 3ª Região. Atualmente o processo aguarda apelação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 24/03/2020, contém opinião com parágrafo de incerteza significativa relacionada a continuidade operacional, e com ressalva relacionada ao registro contábil (I) de custos e despesas pré-operacionais na rubrica de "Ativo Financeiro – Cessão de Serviços Públicos" no ativo não circulante, e (II) de impostos diferidos. Os valores foram regularizados em virtude da cessão do contrato de concessão, conforme Nota Explicativa nº 1. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração, através de escritório de advocacia, que atua como assessor legal no processo, entrou com recurso de apelação, em novembro de 2019, no Tribunal Federal da 3ª Região. Atualmente o processo aguarda apelação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 24/03/2020, contém opinião com parágrafo de incerteza significativa relacionada a continuidade operacional, e com ressalva relacionada ao registro contábil (I) de custos e despesas pré-operacionais na rubrica de "Ativo Financeiro – Cessão de Serviços Públicos" no ativo não circulante, e (II) de impostos diferidos. Os valores foram regularizados em virtude da cessão do contrato de concessão, conforme Nota Explicativa nº 1. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração, através de escritório de advocacia, que atua como assessor legal no processo, entrou com recurso de apelação, em novembro de 2019, no Tribunal Federal da 3ª Região. Atualmente o processo aguarda apelação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 24/03/2020, contém opinião com parágrafo de incerteza significativa relacionada a continuidade operacional, e com ressalva relacionada ao registro contábil (I) de custos e despesas pré-operacionais na rubrica de "Ativo Financeiro – Cessão de Serviços Públicos" no ativo não circulante, e (II) de impostos diferidos. Os valores foram regularizados em virtude da cessão do contrato de concessão, conforme Nota Explicativa nº 1. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração, através de escritório de advocacia, que atua como assessor legal no processo, entrou com recurso de apelação, em novembro de 2019, no Tribunal Federal da 3ª Região. Atualmente o processo aguarda apelação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 24/03/2020, contém opinião com parágrafo de incerteza significativa relacionada a continuidade operacional, e com ressalva relacionada ao registro contábil (I) de custos e despesas pré-operacionais na rubrica de "Ativo Financeiro – Cessão de Serviços Públicos" no ativo não circulante, e (II) de impostos diferidos. Os valores foram regularizados em virtude da cessão do contrato de concessão, conforme Nota Explicativa nº 1. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração, através de escritório de advocacia, que atua como assessor legal no processo, entrou com recurso de apelação, em novembro de 2019, no Tribunal Federal da 3ª Região. Atualmente o processo aguarda apelação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 24/03/2020, contém opinião com parágrafo de incerteza significativa relacionada a continuidade operacional, e com ressalva relacionada ao registro contábil (I) de custos e despesas pré-operacionais na rubrica de "Ativo Financeiro – Cessão de Serviços Públicos" no ativo não circulante, e (II) de impostos diferidos. Os valores foram regularizados em virtude da cessão do contrato de concessão, conforme Nota Explicativa nº 1. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração, através de escritório de advocacia, que atua como assessor legal no processo, entrou com recurso de apelação, em novembro de 2019, no Tribunal Federal da 3ª Região. Atualmente o processo aguarda apelação.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, cujo relatório, datado de 24/03/2020, contém opinião com parágrafo de incerteza significativa relacionada a

Publicidade Legal

Aeroer SPE Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.234.236/0001-46
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais			Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			Lucros/prejuízos acumulados			Adiantamento Futuro			Total do patrimônio líquido		
Ativo	Notas	2020	2019	Capital social	Reserva legal	Total	Aumento de Capital	Total	Aumento de Capital	Total	2020	2019		
Ativo circulante		23.223	4.568											
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.857	4.058											
Impostos a recuperar		366	510											
Ativo não circulante		7.559.182	7.504.637											
Deposito judicial		9.499	9.499											
Investimentos	5	7.549.683	7.495.138											
Total do ativo		7.582.405	7.509.205											
Passivo e Patrimônio Líquido		7.582.405	7.509.205											
Passivo circulante		92.719	94.160											
Obrigações tributárias		215	143											
Adiantamento de Clientes	6	64.229	64.229											
Contas a pagar		25.023	26.536											
Contas correntes empresas	7	3.252	3.252											
Patrimônio líquido		7.489.686	7.415.045											
Capital social	9.a	7.158.360	7.158.360											
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.c	550.000	405.000											
Reservas de Capital		5.268	5.268											
Prejuízo Acumulados	(223.942)	(153.583)												
Total do passivo e patrimônio líquido		7.582.405	7.509.205											

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional – A Aeroer SPE Empreendimentos e Participações S/A foi constituída em 25/06/2008, e tem como objeto social o desenvolvimento e a incorporação de empreendimentos imobiliários, a realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades, a participação em outras sociedades civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras** – a. **Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, em consonância com a Lei nº 6.404/76, bem como alterações introduzidas com o advento da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, nos Pronunciamentos, orientações e instrumentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente o CPC para Pequenas e Médias Empresas (PME), Deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **c. Uso de Estimativas e Julgamentos:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3. Resumos das Principais Práticas Contábeis** – As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Apropriação das Receitas, Custos e Despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias a sua manutenção, bem como receitas financeiras foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência do exercício. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Estoque Imobiliário:** Nos imóveis em construção, a parcela em estoque correspondente ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, esta demonstrada ao custo de construção que não excede ao seu valor líquido realizable, compostos por terrenos, materiais, mão-de-obra contratada e gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário e outros correlatos. **d. Redução ao Valor Recuperável:** Os valores contábeis dos estoques são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado, sendo a perda de valor reconhecida no resultado. **e. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São apresentados pelo valor líquido de realização. **f. Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)** Representado pelos recursos obtidos por meio dos acionistas para financiar as operações da Companhia que futuramente serão incorporadas ao capital social. **g. Passivo circulante e não circulante:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Isso demonstra, das pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. **h. Instrumentos Financeiros:** De acordo com o CPC aplicável às pequenas e médias empresas (PME) o reconhecimento, mensuração e evidenciamento dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia são registrados ao custo amortizado ou valor justo. A Companhia reconhece um ativo financeiro por seu valor presente à vista, incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. **i. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre lucro fiscal são calculadas pelo Regime de tributação do Lucro Presumido. No lucro presumido as alíquotas de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido são de 15% e 9%, respectivamente, sobre uma base reduzida, ou seja, distinta conforme receita correspondente. **j. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Sociedade avalia e reconhece, quando aplicável, a provisão para causas civis, traba-

Cappemini Brasil S/A – CNPJ/MF nº 65.599.953/0001-63 – NIRE 35.300.178.815

Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria realizada em 11 de janeiro de 2021
Aos dias 11/01/2021, às 11h00m na sede social, reuniram-se a os membros da Diretoria da Cappemini Brasil S/A, abaixo descritos e assinantes. Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. **Maurizio Mondani**, que, após convidar a mim, **Roberta Cirino Augusto Cordeiro**, para exercer a função de Secretária, declarou instalada a presente Reunião Extraordinária da Diretoria, esclarecendo aos presentes que o objetivo da mesma era deliberar sobre: **a) Alteração de endereço** da filial da Companhia CNPJ/MF nº 65.599.953/0005-97 e NIRE 31900952208, atualmente localizada na Rua dos Inconfidentes, nº 867, 3º e 4º andares, Savassi, Belo Horizonte-MG, para o novo endereço na Avenida dos Andradas, nº 3000, 9º andar, Sala 119, Santa Efigênia, Belo Horizonte-MG; **b) Alteração de endereço** da filial da Companhia CNPJ/MF nº 65.599.953/0004-06 e NIRE 53900137073, atualmente localizada na ST SB/Norte, Quadra 01, Bloco F, 4º andar, s/n, Edifício Palácio da Agricultura, Asa Norte, Brasília-DF, para o novo endereço na SCS Quadra 09 Bloco C, Torre C, Sala 1002, Parque Cidade Corporate, Brasília-DF; **c) Alteração de endereço** da filial da Companhia CNPJ/MF nº 65.599.953/0030-06 e NIRE 43901651751, atualmente localizada na Avenida Ipiranga, 6681, prédio Portal Tecnopuc (nº 99A), sala 801, Partenon, Porto Alegre-RS, para o novo endereço na Avenida Ipiranga, nº 6681, prédio 97-A, 5º andar, Partenon, Porto Alegre-RS; **d) Alteração de endereço** da filial da Companhia CNPJ/MF nº 65.599.953/0003-25 e NIRE 33900276565, atualmente localizada na Rua Buenos Aires, nº15, salas 401 a 601, Centro, Rio de Janeiro-RJ, para o novo endereço na Avenida Almirante Barroso, nº 81, Sala 3501, Centro, Rio de Janeiro-RJ. **e) Encerramento e extinção** da filial da Companhia CNPJ nº 65.599.953/0026-11 e NIRE nº 32900362592, atualmente localizada na Cidade de Cariacica, sito à Rodovia Governador Mario Covas, nº 256, km 280, Portaria B, Armazém 01, Portões 01 e 08, sala 02, Padre Mathias; **f) Abertura de nova filial** da Companhia na Rua Prof. Atilio Innocenti, nº 165, sala 109-112, Vila Nova Conceição, São Paulo-SP, e estabelecer que o objeto social da filial será o seguinte: “Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis; Suporte técnico; manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; Consultoria em tecnologia da informação”. Colocadas as propostas em discussão e votação, foram aprovadas por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, ficando desde já autorizada a Diretoria desta Sociedade a praticar todos os atos necessários ao integral cumprimento das resoluções ora aprovadas. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. Barueri/SP, 11/01/2021. Assinaturas: Mesa: Maurizio Mondani – Presidente; Roberta Cirino Augusto Cordeiro – Secretária. JUCESP nº 297.301/21-4 em 23/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de junho de 2021
1. Data, Local e Hora: Aos 10/06/2021, às 16:00 horas, por videoconferência, em razão do Decreto nº 69.420/2020 do Estado de São Paulo que restringe atividades empresariais presenciais como medida de contenção da Covid-19. **2. Convocação e Presença:** Dispensada, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Sr. Carlos Alberto Bottarelli: Presidente e Sr. José Garcia Neto: Secretário. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar a propositura de ação judicial em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), nos termos do Artigo 23, XIII, do Estatuto Social; e (ii) Deliberar a contratação de prestador de serviço, nos termos do Artigo 23, VI, do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos: **5.1.** Aprovar a propositura de ação judicial em face da ANTT, referente ao Auto de Infração 3809/2016 e Auto de Infração – NI nº 4232/2016, nos termos do Artigo 23, inciso XIII, do Estatuto Social da Companhia. **5.2.** Foi apresentado material informativo que seguirá arquivado na sede da Companhia, com as propostas e condições apresentadas para contratação do escritório **Dutra e Associados Advocacia S/S**, escolhido pelos administradores em razão da notória especialização nas matérias que serão discutidas nos processos. Os Conselheiros discutiram as matérias, esclareceram suas dúvidas e aprovaram a contratação do escritório para: (i) Propositura da Ação em face da ANTT, Al nº 3809/2016 e Al nº 4232/2016; (ii) Defesa dos interesses da Transbrasiliana na APC nº 0003738-84.2003.4.03.6106; e (iii) Defesa dos interesses da Transbrasiliana na APC nº 0016726-10.1993.4.03.6100, nos termos do Artigo 23, inciso VI, do Estatuto Social da Companhia. **5.3.** Em razão da deliberação acima, os Conselheiros autorizaram e ratificaram a prática de todos os atos e documentos necessários à implementação da deliberação acima, incluindo a assinatura de instrumentos específicos. **5.4.** Por fim, restou deliberado que todo o material de suporte anexo à presente reunião deverá ser rubricado pelo advogado da Companhia e secretário da reunião, Sr. José Garcia Neto. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata que, uma vez lida, aprovada e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Lins, 10/06/2021. Assinaturas: Mesa: Carlo Alberto Bottarelli: Presidente; José Garcia Neto: Secretário. João Villar Garcia e Roberto Solheid da Costa de Carvalho: Conselheiros. JUCESP – Registrado sob o nº 297.987/21-5 em 28/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Sintel Tecnologia e Informação S.A. – CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 – NIRE 35.300.459.750

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2021
Data, Hora e Local: Aos 23/04/2021, às 10 horas, em sua sede social, na Rua Manoel Coelho 676, São Caetano do Sul-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Carlos Wagner dos Santos – Presidente; José Antônio Costardi dos Santos – Secretário. **Ordem do Dia:** Ordinária: (a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir, e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020; (b) Deliberar acerca da destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2020. **Deliberações Ordinárias:** Os Acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas, com a abstenção dos legalmente impedidos, aprovaram as contas apresentadas pelos administradores, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, cujas publicações foram realizadas em 20/04/2021, nos jornais DOE-SP e Data Mercantil. Aprovam o Resultado do exercício social supracitado. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. São Paulo, 23/04/2021. Assinaturas: Carlos Wagner dos Santos – Presidente; José Antônio Costardi dos Santos – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 297.204/21-0 em 23/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Localfrío S.A. Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 – NIRE 35.300.117.441

Ata da Reunião do Conselho de Administração de 09 de fevereiro de 2021
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 09/02/2021, às 17:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400, conjunto 92, Água Branca, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** A convocação foi feita pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social e esteve presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, em conformidade com o Artigo 16 do Estatuto Social. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. Helio de Athayde Vasone e secretariado pelo Sr. Alceu Rodrigues Vasone. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre (i) a renúncia do Sr. Evandro da Silva Florencio ao cargo de Diretor de Relações Institucionais da Companhia; e (ii) a apresentação da composição da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Discutida a matéria da ordem do dia, a totalidade dos membros do conselho de administração aprovou, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o que segue: **5.1.** Registrar a renúncia do Diretor: Sr. **Evandro da Silva Florencio**, RG nº 20.459.796-1 SSP/SP, CPF/MF nº 303.107.708-31, do cargo de Diretor de Relações Institucionais, conforme carta de renúncia por ele apresentada nesta data de 09/02/2021, que fica arquivada na sede da Companhia. **5.2.** Em razão das deliberações acima, a Diretoria da Companhia, que está mandatado até a 30/08/2021 ou até realização da AGO da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2020, o que ocorrer primeiro, passa a ser composta pelos seguintes membros: (i) Sr. **Thomas Ernest Rittscher Thirid**, RG nº 9.785.472 SSP/SP, CPF/MF nº 045.803.398-78, para o cargo de Diretor Presidente; (ii) Sr. **Eduardo Hideki Takata**, RG nº 26.438.634-6 SSP/SP, CPF/MF nº 293.154.598-81, para o cargo de Diretor de Operações. **5.3.** Até nova deliberação do Conselho de Administração da Companhia, os demais cargos da Diretoria permanecerão vagantes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Helio de Athayde Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Conselheiros Presentes: Helio de Athayde Vasone, Alceu Rodrigues Vasone e Antonio Dias Figueiredo Filho. São Paulo, 09/02/2021. Assinaturas: Mesa: Helio de Athayde Vasone – Presidente; Alceu Rodrigues Vasone – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 127.886/21-7 em 03/03/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Boltzmann Empreendimentos e Participações S/A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. Data, Hora e Local: 01/02/2021, às 14 horas, na sede da Companhia. **2. Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o anexo nº 01 desta Assembleia, a saber, Marcelo Duarte e Natali Oliveira Duarte. **3. Mesa:** Presidente: Marcelo Duarte; Secretária: Natali Oliveira Duarte. **4. Convocação:** Dispensada a convocação, conforme § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** 5.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Boltzmann Empreendimentos e Participações S/A**, com sede e foro na Rua Fernando de Albuquerque, nº 31, conjunto 72, São Paulo-SP. 5.2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.800,00, representado por 1.800 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10%, tendo sido depositado R\$ 180,00, em dinheiro e em conta vinculada no Banco do Brasil S/A, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constitui o anexo nº 01 desta Assembleia. 5.3. Aprovar o projeto de Estatuto Social, cuja redação constitui o anexo nº 02 desta Assembleia, dando-se assim por efetivamente constituída a **Boltzmann Empreendimentos e Participações S/A**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 5.4. Eleger o Sr. **Marcelo Duarte**, RG nº 06.584.368-2 IPR/RJ e CPF/MF nº 688.187.187-20, para o cargo de Diretor Presidente e a Sra. **Natali Oliveira Duarte**, RG nº 35.448.840-5 SSP/SP e CPF/MF nº 362.364.308-45, para o cargo de Diretor sem designação específica, ambos com mandato de 2 anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e, ato contínuo, tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 5.5. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até **R\$ 6.500,00**. 5.6. Autorizar a lavratura desta ata na forma sumária. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. São Paulo, 01/02/2021. Assinaturas: Mesa: Marcelo Duarte – Presidente; Natali Oliveira Duarte – Secretária. Advogado: Antonio Marcos Iaiá Jr. OAB/SP 274.264. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.566.581 em 14/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Pedreira Cachoeira S.A. – CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados os Srs. Acionistas desta Companhia a se reunirem em AGE, que se realizará no dia 09/07/2021, às 11h00, na Rua Padre João Manuel, 983, 9º andar, São Paulo-SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição de diretor para ocupar o cargo vago na diretoria da sociedade, artigo 13 do Estatuto Social, com mandato até 30/04/2023; (ii) Alteração da verba global e anual da remuneração da Diretoria aprovada na AGO realizada em 30/04/2021; e (iii) Outros assuntos de interesse social. Os documentos existentes relativos ao item “ii” da ordem do dia estarão, a partir desta data, nos termos do artigo 135, § 3º da Lei nº 6.404/76, à disposição dos acionistas no endereço da sede da Companhia, podendo ser consultados mediante prévio agendamento. São Paulo, 23/06/2021. **Sérgio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho** – Diretor. (01, 02 e 03/07/2021)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br
(11) 3361-8833

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/ME nº 62.310.644/0001-33 – NIRE 35.300.052.421

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2021

Data e Local: em 30/04/2021, às 10h00, na sede social, Avenida Cel. Sezeferdo Fagundes, 7.901, Tucuruvi, São Paulo-SP. **Convocação:** Convocação efetivada nos termos da Lei 6.404/76, mediante publicações realizadas no jornal “Data Mercantil” e no DOE-SP, nas edições dos dias 21, 23 e 24/04/2021, nas páginas 07, 07 e 06, respectivamente, no primeiro periódico, e páginas 81, 156 e 140, respectivamente, da Seção “Empresarial” do segundo periódico. **Presenças:** Presentes os acionistas representando 63,14% do Capital Social votante, representados por si, seus representantes legais ou procuradores, nos termos dos atos societários apresentados à mesa e arquivados na sede social da Sociedade, conforme as assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Sérgio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho – Presidente, Claudio Augusto Teixeira de Carvalho – Secretário. **Ordem do Dia:** (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2020; (ii) Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2020; (iii) Correção Monetária do Capital Social; (iv) Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e (v) Outros assuntos de interesse social. **Deliberações:** Discutidas as propostas apresentadas pelo Presidente da mesa Diretora, os acionistas presentes adotaram, por unanimidade dos votantes, as seguintes deliberações, as quais foram autenticadas: I. Foi aprovada a lavratura da presente ata em forma sumária. II. (i) Os diretores esclareceram que, por erro material, o resultado positivo do exercício foi de R\$ 187.656,51, e não R\$ 225.548,70, conforme constou no Relatório de Administração publicado juntamente com o balanço geral. Foram aprovados integralmente, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o Balanço Geral; as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos; e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, não tendo participado da votação os Srs. Sérgio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho e Claudio Augusto Teixeira de Carvalho; (ii) Foi aprovada, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a destinação do resultado positivo de R\$ 187.656,51 para amortizar a conta Prejuízos Acumulados da Companhia; (iii) Foi rejeitada a proposta de atualização monetária do capital social da Sociedade; e (iv) Foi aprovada, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a remuneração global e anual para a Diretoria no importe de R\$ 1.122.760,99, não tendo participado da votação os Srs. Sérgio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho e Claudio Augusto Teixeira de Carvalho. **Documentos Arquivados:** Encontravam-se sobre a mesa, à disposição dos interessados, e serão devidamente arquivados na sede da Companhia os seguintes documentos que, autenticados pela mesa diretora, tiveram suas leituras dispensadas pelos acionistas presentes: Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; Publicações do Edital de Convocação e ato societário da acionista Vendedor Assessoria Empresarial Ltda. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, que, uma vez lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30/04/2021. Presidente da Mesa: Sérgio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho; Secretário: Claudio Augusto Teixeira de Carvalho. Os acionistas presentes: Lydia Aleotti, Vendedor Assessoria Empresarial Ltda., Claudio Augusto Teixeira de Carvalho, Sérgio Luiz Aleotti Teixeira de Carvalho. JUCESP – Registrado sob o nº 281.087/21-0 em 17/06/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Negócios

Os bilhões em jogo na ofensiva de XP e BTG aos agentes autônomos



Um grupo de profissionais com experiência no mercado financeiro, que trabalhava em bancos tradicionais e decidiu alçar voo próprio. Estes são alguns traços comuns entre os escritórios de agentes autônomos, cada vez mais assediados e disputados a unha por instituições como XP Investimentos e BTG Pactual. Não foi diferente com o SWM, escritório criado em janeiro de 2020 e que já nasceu plugado ao sistema BTG, com foco na gestão de fortunas. “Tivemos assédio da XP, mas não abrimos negociação. Vimos no BTG a operação que nos completava, seja pela expertise do banco no mercado de

capitais ou pelas alternativas que ele oferece aos clientes”, conta Manoel Campos, sócio-fundador do SWM.

Em apenas um ano e meio de operação, o SWM bateu a marca de 2 bilhões de reais em patrimônio de clientes, distribuídos em cerca de 70 grupos econômicos. Segundo Campos, a meta inicial era bater 1 bi somente dois anos após o início dos trabalhos. “Quando os clientes antigos migram conosco para o SWM, dificilmente vão com ticket pequeno. Soma-se a esse fator o momento oportuno de renda variável que a pandemia proporcionou”, explica. O ticket médio varia entre 15 e 17 milhões de reais, mas boa parte dos clientes possui com o escritório um patrimônio alo-

cado de 50 milhões de reais.

Atualmente, a XP detém cerca de 80% do mercado de agentes autônomos e depois de vários ataques do BTG a seus associados resolveu seguir a fórmula do próprio BTG, que é transformar esses escritórios em corretoras e virar sócio. Foi o caso da Messem Investimentos, que, com 10 bilhões de reais sob custódio, virou uma corretora com participação de 50,1% no negócio, enquanto a XP ficou com a outra fatia de 49,9%. O mesmo modelo foi adotado pela Blue3, que também se transformou em corretora. Do outro lado, o BTG já tirou da XP grandes escritórios como EQI, Lifetime e Acqua-Vero, nos últimos meses.

Veja

Itapemirim: confira como é viajar com a nova companhia aérea



A Itapemirim Transportes Aéreos realizou o primeiro voo terça, 29, de Guarulhos (SP) a Brasília (DF). E a EXAME participou do trajeto inaugural – realizado um dia antes do início das operações comerciais, já confirmado para quarta-feira, 30. Confira como é viajar com a nova companhia aérea.

Para começar, o site da companhia aérea revela que essa é uma empresa nova, mas que parece ter um pé no passado, porque ainda não é compatível com o smartphones. Mais que isso, falta aplicativo próprio para controlar a viagem. Então, o jeito é fazer o check-in à moda antiga, indo até o balcão do aeroporto.

Só que, para quem está de olho no preço, a compa-

A Loopi acaba de criar um marketplace que lembra o TikTok

Uma startup está criando uma nova plataforma de vendas para juntar a experiência dos vídeos efêmeros e divertidos do TikTok com a praticidade de um marketplace que permite comprar produtos com apenas um clique.

Enquanto no live commerce os vídeos são... “live” e as soluções (como a da Alive) podem ser usadas na plataforma de cada varejista, na Loopi os vídeos são pré-gravados — e a plataforma é a própria Loopi.

A Loopi é um feed infinito de vídeos curtos onde diversos influenciadores divulgam produtos — por enquanto, de moda, beleza e decoração. A cada venda, a Loopi e os influencers ficam com uma comissão.

A plataforma — que começou a funcionar há apenas três semanas — foi criada por Ricardo Bechara, o ex-coun-

try manager da Rappi no Brasil; Cesário Martins, fundador da ClickBus e MeuDNA; e Felipe Brasileiro, o cofundador da Parafuzo, um marketplace de diaristas.

“Nossa ideia é ser um marketplace onde os criadores de conteúdo fazem uma curadoria e expõem produtos com uma experiência mais humanizada,” Ricardo disse. “Do ponto de vista do usuário, ele pode comprar com um clique num feed personalizado, que vai aprendendo com a navegação e mostrando só o que ele gosta.”

Agora, a startup acaba de levantar US\$ 5 milhões numa rodada de seed money liderada pela Monashees. A captação teve a participação do Canary, ONEVC e Global Founders Capital, além dos fundadores da Rappi e de Hans Tung, um dos principais investidores de VC do mundo.

Brazil Journal



nhia aérea tem passagens bem mais em conta que as rivais — para o próximo fim de semana, as passagens de ida e volta de São Paulo a Brasília estavam pouco abaixo de 1.000 reais, contra cerca de 1.500 reais de Azul, Gol e Latam para os mesmos trechos.

Pouco após começar as vendas, a Itapemirim já oferecia bilhetes até 65% mais baratos quando comparados à concorrência, mas também houve remarcações e cancelamentos por conta da “readequação da malha aérea”. Inicialmente, serão oito destinos, com previsão de chegar a 35 cidades brasileiras ainda neste ano.

Cinco aeronaves estavam previstas para o início das operações, só que, por enquanto, apenas duas ficaram prontas

a tempo — outras duas estão em etapa final de personalização e a última está prevista para chegar ao país no fim de julho. E, de acordo com os planos da companhia, serão 50 unidades em doze meses.

Inicialmente, a frota será composta pelo modelo Airbus A320ceo, de geração anterior, comprados de segunda mão. Em relação à família atualizada (que chama A320neo), os motores são mais ruidosos e menos econômicos. Para os passageiros, a novata oferece mais espaço, com a mesma cabine de 162 lugares da finada Avianca Brasil.

Também existem outras vantagens, como a possibilidade de reservar os assentos e despachar uma bagagem sem nenhuma cobrança.

Exame